



# 1 Conjuntura Socioeconômica

## 1.1 Considerações iniciais

O presente capítulo tem por objetivo apresentar alguns indicadores econômicos e sociais do estado de Pernambuco, comparando-os com os das demais unidades da federação e com indicadores nacionais.

Será feita uma breve análise do cenário econômico brasileiro e uma análise um pouco mais detalhada do cenário socioeconômico do estado de Pernambuco.

Para tal, serão abordados indicadores de produção, investimento, população, balança comercial, inflação, mercado de trabalho, desigualdade de renda e saneamento. Na presente análise foram utilizados os dados oficiais disponíveis.

## 1.2 Cenário econômico nacional

No âmbito nacional, os indicadores analisados são o Produto Interno Bruto – PIB, Taxa de Investimento e a Taxa de Poupança Bruta. Além desses, quando da análise do cenário socioeconômico estadual (item 1.3 do presente relatório), são apresentados dados nacionais de população, inflação, mercado de trabalho e saneamento.

### *Produto Interno Bruto Nacional*

O Produto Interno Bruto – PIB representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa dada região, durante determinado período de tempo, descontadas as despesas com insumos e serviços e somados os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Segundo dados do IBGE, o PIB nacional em 2020 retraiu 4,1% em relação ao ano anterior. Destaca-se que os efeitos adversos da pandemia de COVID19 tiveram impactos significativos para o desempenho negativo da economia nacional no exercício ora em análise.

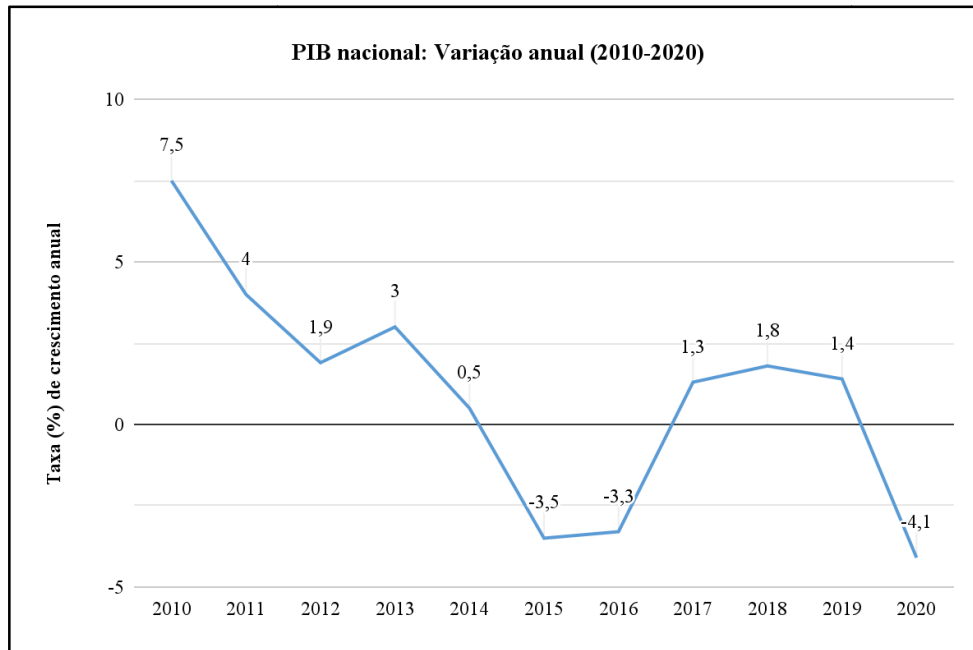
No acumulado do ano, o PIB totalizou R\$ 7.447,9 bilhões em valores correntes, dos quais R\$ 6.440,8 bilhões se referem ao Valor Adicionado (VA) a preços básicos e R\$ 1.007,1 bilhões aos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. Considerando o VA das atividades no ano, a Agropecuária registrou R\$ 439,8 bilhões, a Indústria R\$ 1.314,6 bilhões e os Serviços R\$ 4.686,4 bilhões.

Em decorrência desta queda, o PIB per capita alcançou R\$ 35.172 (em valores correntes), em 2020, um recuo (em termos reais) de 4,8% em relação a 2019. O PIB per capita é definido como a divisão do PIB pelo número de habitantes, que mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais, entre outros estudos.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB nacional no período entre 2010 e 2020.



Fonte: IBGE.

Segundo o IBGE, em 2020, a retração do PIB resultou das quedas de 3,9% do Valor Adicionado a preços básicos e de 4,9% no volume dos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (2,0%), Indústria (-3,5%) e Serviços (-4,5%).

Com relação à Agropecuária, a variação em volume do Valor Adicionado (2,0%) resultou do desempenho positivo da agricultura, que suplantou o fraco desempenho da Pecuária e da Pesca, destacando-se as produções recordes de soja (7,1%) e de café (24,3%).

Na Indústria (-3,5%), ressalta-se o desempenho negativo da atividade Construção (-7,0%), o qual já vinha ocorrendo desde 2014, apesar de ter sido revertido no ano de 2019. A atividade Indústrias de Transformação (-4,3%) apresentou uma queda, em decorrência, principalmente, da queda, em volume, do Valor Adicionado da fabricação de veículos automotores; de outros equipamentos de transporte, confecção de vestuário e metalurgia. Quanto à atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, houve variação negativa de 0,4% em relação a 2019. Apesar de as bandeiras tarifárias terem sido mais favoráveis em 2020, o isolamento social e a baixa atividade econômica foram decisivos para o resultado negativo. As Indústrias Extrativas, por sua vez, apresentaram crescimento de 1,3% devido à alta na produção de petróleo e gás que compensou a queda da extração de minério de ferro.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

Das atividades que compõem os Serviços, as que apresentaram variação negativa foram: Outras atividades de serviços (-12,1%), Transporte, armazenagem e correio (-9,2%), Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-4,7%), Comércio (-3,1%), Informação e comunicação (-0,2%). Destaca-se que dentro de Outras atividades de serviços estão os serviços prestados às famílias, os mais afetados negativamente pela restrição de funcionamento e distanciamento social em virtude da pandemia de COVID19. A segunda maior queda ocorreu nos transportes, outra atividade econômica também muito afetada pela pandemia. Por sua vez, apresentaram avanço as Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (4,0%) e as Atividades imobiliárias (2,5%).

Dentre os componentes da demanda interna, a Despesa de Consumo das Famílias teve recuo de 5,5% em relação ao ano anterior, o que pode ser explicado principalmente pela piora no mercado de trabalho e o distanciamento social por causa da pandemia de COVID19 em 2020. A Despesa do Consumo do Governo, por sua vez, registrou variação negativa de 4,7%.

Com relação ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços caíram 1,8%, enquanto as Importações de Bens e Serviços caíram 10,0%.

### ***Taxa de Investimento e Taxa de Poupança Bruta***

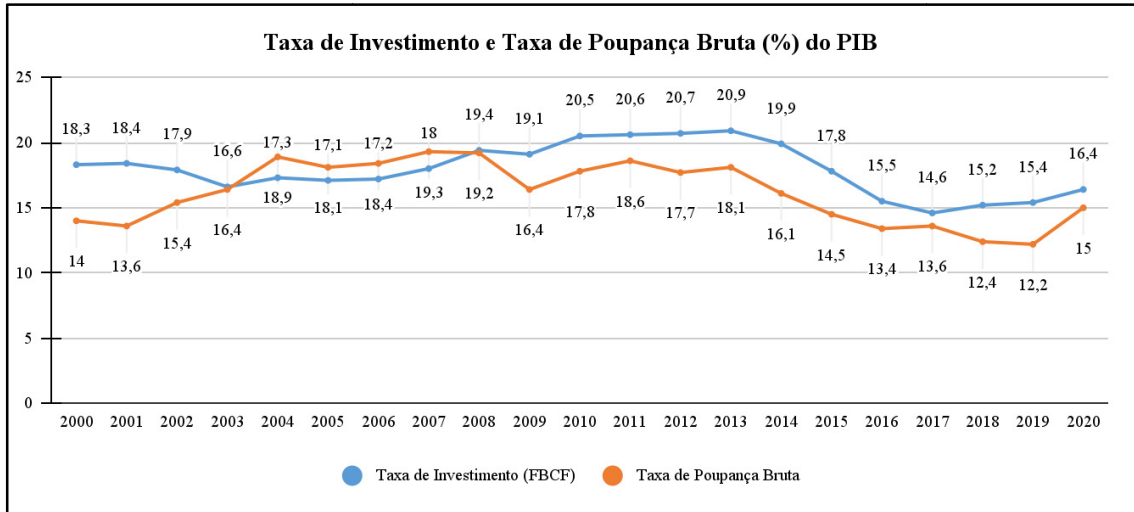
Outros indicadores relevantes são a Taxa de Investimento e a Taxa de Poupança Bruta. A primeira é medida pela relação entre Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB), na qual a FBCF registra a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos, ou seja, bens produzidos factíveis de utilização repetida e contínua em outros processos produtivos por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos pelos mesmos.

Já a Taxa de Poupança Bruta é aferida pela parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

O gráfico a seguir apresenta os dados do investimento e da poupança como porcentagem do PIB, no período de 2000 a 2020.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**



Fonte: IBGE.

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Contas\\_Nacionais\\_Trimestrais/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/)

Observa-se que a taxa de investimento no ano de 2020 foi de 16,4% do PIB, acima do observado no ano anterior (15,4%). A taxa de poupança foi de 15% em 2020 (ante 12,2% no ano anterior).

### 1.3 Cenário socioeconômico estadual

#### 1.3.1 População

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio do Censo Demográfico 2010, apresentou dados da população brasileira que serão comentados a seguir.

No referido ano, a população brasileira era de 190.755.799 habitantes, dos quais 84,36% residiam na zona urbana e 15,64% na zona rural. A Região Nordeste, por sua vez, tinha uma população de 53.081.950 habitantes, representando 27,82% da população nacional. Também é uma população predominantemente urbana, com 73,13% do seu total residindo na zona urbana e 26,87% na zona rural.

Com relação aos dados populacionais de Pernambuco, a tabela demonstra a evolução da população, com base nos censos realizados pelo IBGE, desde 1940 até 2010.

Evolução da População de Pernambuco			
Ano	Urbana	Rural	Total
1940	787.808	1.900.432	2.688.240
1950	1.167.400	2.227.785	3.395.185
1960	1.856.689	2.280.211	4.136.900
1970	2.810.843	2.349.797	5.160.640
1980	3.783.264	2.358.729	6.141.993



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

<b>Evolução da População de Pernambuco</b>			
<b>Ano</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
1991	5.051.654	2.076.201	7.127.855
2000	6.058.249	1.860.095	7.918.344
2010	7.052.210	1.744.238	8.796.448

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM.

Observa-se que, até a década de 60, a população pernambucana residia em sua maioria na zona rural. A partir da década de 70 a população do Estado passou a ser preponderantemente urbana. Verifica-se ainda que em 2010 a população total era de 8.796.032 habitantes, correspondendo a 16,57% da população nordestina e 3,12% da população nacional.

Ainda segundo o IBGE, a população total de Pernambuco estimada para 2020 foi de 9.616.621<sup>1</sup> (nove milhões, seiscentos e dezesseis mil e seiscentos e vinte e um) habitantes, que representa 16,76% da população total estimada da Região Nordeste (57.374.243) e 4,54 % da população total estimada do Brasil 211.755.692, para 2020.

### **1.3.2 Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita* de Pernambuco**

A economia pernambucana apresentou um decréscimo de 1,4%<sup>2</sup> do seu PIB em 2020, uma retração menos acentuada do que a da economia nacional no ano, já que o índice do PIB brasileiro foi de -4,1%. Segundo estimativas da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), o PIB pernambucano em 2020, totalizou R\$ 204,5 bilhões em valores correntes.

De acordo com a Agência CONDEPE/FIDEM, o auxílio emergencial e a flexibilização das atividades econômicas contribuíram para amenizar os impactos negativos sobre a economia pernambucana, diante da pandemia de COVID19.

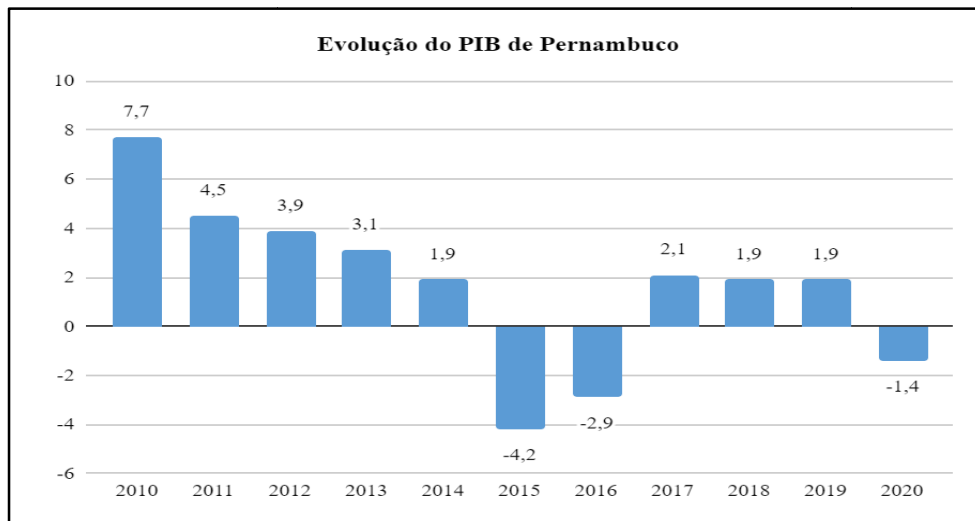
O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB estadual de 2010 a 2020:

<sup>1</sup> Diferença de 451 pessoas entre os Estados de Alagoas e Pernambuco com relação à Projeção da População para o Brasil e Unidades da Federação 2020, para o ano de 2020, em virtude de alteração de limites entre municípios na fronteira interestadual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>

<sup>2</sup> Sistema de Contas Regionais, Agência CONDEPE/FIDEM e IBGE.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM.

Ainda segundo a Agência CONDEPE/FIDEM, o setor de serviços foi o mais afetado com o impacto da pandemia, de modo que, no acumulado do ano, os índices ficaram distribuídos da seguinte forma: agropecuária (19,8%), indústria (1,0%) e os serviços (-3,0%).

O quadro a seguir faz um comparativo entre a evolução do PIB nacional e do PIB estadual no período de 2010 a 2020.

Evolução do PIB (%)		
Ano	Brasil	Pernambuco
2010	7,5	7,7
2011	4,0	4,5
2012	1,9	3,9
2013	3,0	3,1
2014	0,5	1,9
2015	-3,5	-4,2
2016	-3,3	-2,9
2017	1,3	2,1
2018	1,8	1,9
2019	1,4	1,9
2020	-4,1	-1,4

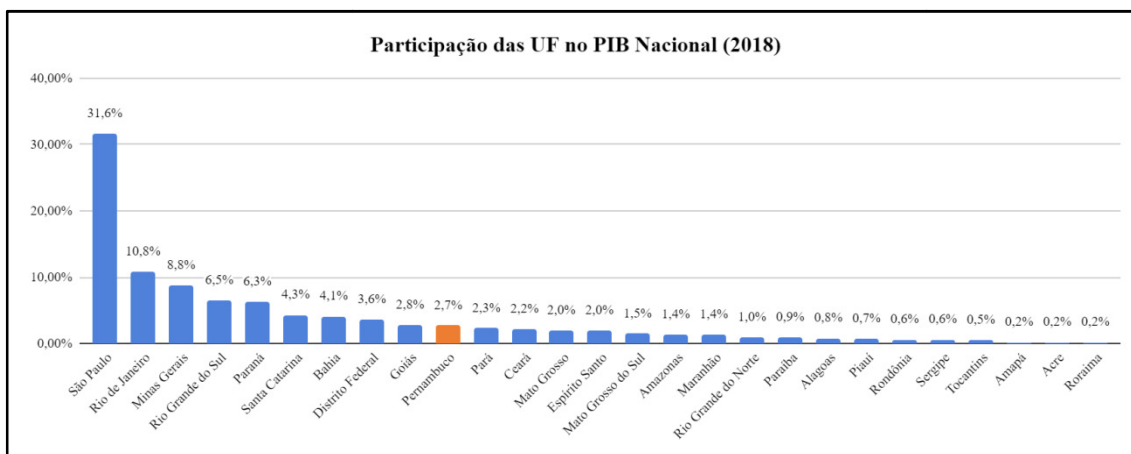
Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM.

Observa-se que, durante o período analisado, a economia pernambucana apresentou majoritariamente taxa de crescimento superior à da economia nacional. Tem-se ainda que a taxa de crescimento do PIB pernambucano manteve-se em 1,9% nos anos de 2018 e 2019. Entretanto, assim como em 2015 e em 2016, houve contração das economias pernambucana e nacional em 2020.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

A seguir tem-se a representatividade das Unidades da Federação no Produto Interno Bruto – PIB nacional, referente ao ano de 2018, que são os mais atualizados, conforme dados do IBGE.



**Fonte:** IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.<sup>3</sup>

Pernambuco se manteve na décima posição no ranking nacional, com a participação no PIB nacional menor que a de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Distrito Federal e Goiás. Dentre os estados integrantes da região Nordeste, Pernambuco ficou com a segunda posição, ficando atrás apenas do estado da Bahia.

Ressalte-se, contudo, que quando o PIB é relativizado à população (PIB per capita), os dados mais recentes divulgados pelo IBGE (2018) mostram que Pernambuco aparece na 17ª posição nacional, à frente de todos os demais estados da região Nordeste, bem como dos estados do Pará e Acre (Região Norte), conforme ilustrado no quadro abaixo:

**PIB per capita por estado (aferição mais recente)**

Unidade da Federação	Última aferição (2018) em R\$ mil/habitante
DF	85.661,39
SP	48.542,24
RJ	44.222,66
SC	42.149,30
RS	40.362,75
MT	39.931,13
MS	38.925,85
PR	38.772,74
ES	34.493,12

<sup>3</sup> Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101765\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101765_informativo.pdf)



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

Unidade da Federação	Última aferição (2018) em R\$ mil/habitante
MG	29.223,22
GO	28.272,96
RO	25.554,31
AM	24.532,90
RR	23.188,92
TO	22.933,07
AM	20.247,53
<b>PE</b>	<b>19.623,65</b>
BA	19.324,04
RN	19.249,60
PA	18.952,21
SE	18.442,63
AC	17.636,88
CE	17.178,26
AL	16.375,56
PB	16.107,51
PI	15.432,05
MA	13.955,75

**Fonte:** IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.<sup>4</sup>

Embora seja visível do quadro acima que as regiões Norte e Nordeste formem um segundo bloco de economias dentro do país (visto que os PIB per capita dos 16 estados que as compõem ocupam as 16 últimas posições no cenário nacional) necessário pontuar que comparativamente entre os anos de 2002 e 2018 (dezesseis anos, portanto), Pernambuco avançou três posições no ranking acima, tendo ultrapassado os PIBs *per capita* dos estados da Bahia, Sergipe e Acre nesse interstício.

### 1.3.3 Balança comercial

Outro indicador relevante é a balança comercial do estado de Pernambuco. O quadro e o gráfico a seguir foram elaborados a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC<sup>5</sup>, bem como da base de dados do Estado de Pernambuco<sup>6</sup>. Eles retratam a série histórica da balança comercial pernambucana (importações x exportações) no período entre 2010 e 2020.

<sup>4</sup> Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101765\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101765_informativo.pdf)

<sup>5</sup> Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao\\_formato2.aspx?codFormatacao=621&CodInformacao=267&Cod=3](http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=621&CodInformacao=267&Cod=3)





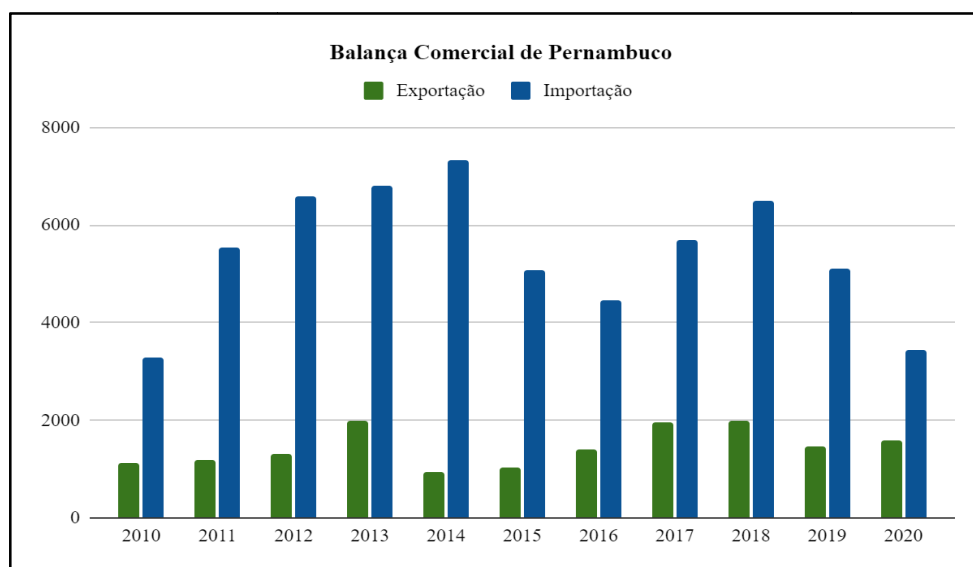
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA

US\$ MILHÕES FOB<sup>7</sup>

Balança Comercial de Pernambuco			
Ano	Exportação	Importação	Saldo
2010	1.112,50	3.272,66	-2.160,16
2011	1.198,96	5.534,26	-4.335,30
2012	1.319,97	6.595,54	-5.275,57
2013	1.991,53	6.811,44	-4.819,91
2014	943,81	7.333,08	-6.389,27
2015	1.046,58	5.066,60	-4.020,02
2016	1.417,81	4.449,30	-3.031,49
2017	1.961,88	5.703,99	-3.742,11
2018	1.995,43	6.505,78	-4.510,35
2019	1.466,34	5.091,99	-3.625,65
2020	1.578,86	3.452,90	-1.874,04

Fonte: MDIC/SECEX.

<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>



Fonte: MDIC/SECEX e Base de Dados do Estado de Pernambuco.

Observa-se que a balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária, com as importações superando as exportações em todo o período retratado. Entretanto, visualiza-se, no período de 2015 a 2018, após redução significativa ocorrida em 2014, aumento das exportações e, no período de 2015 a 2016, redução significativa das importações.

<sup>7</sup> Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros).



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

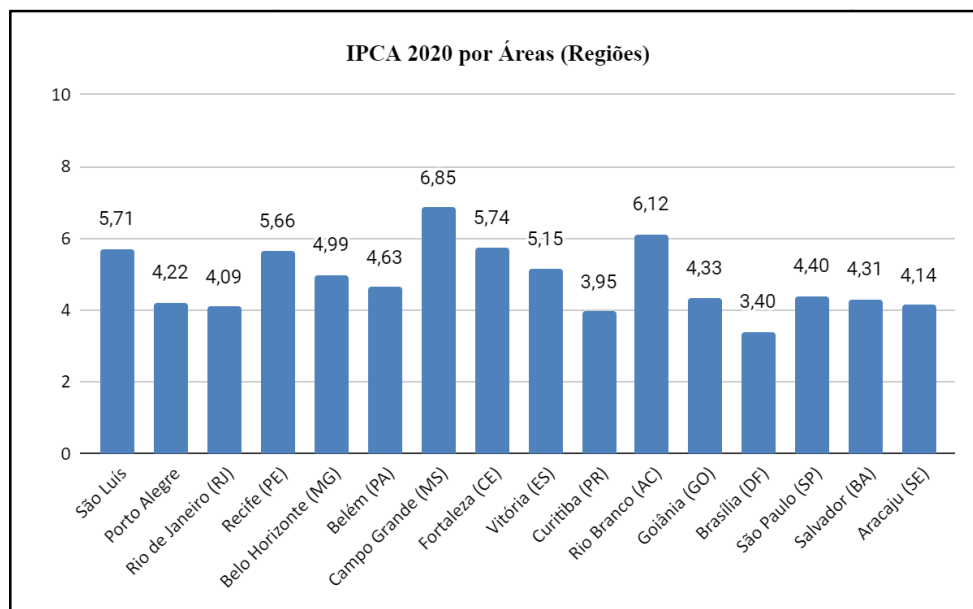
Em 2017 e 2018, houve aumento significativo de importações, ficando bem distante a ocorrência de superávit. Já em 2019 tanto as importações quanto as exportações diminuíram. Por fim, em 2020, ocorreu uma redução expressiva das importações acompanhada de um pequeno crescimento de exportações, com redução de 32,19% e aumento de 7,67%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Em 2020, o déficit na balança comercial foi da ordem de US\$ 1,8 bilhões, inferior ao de 2019, que foi da ordem de US\$ 3,6 bilhões.

### 1.3.4 Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, corresponde ao índice usado para medir a inflação oficial do País, tendo em vista ter sido escolhido como parâmetro para a sistemática de “metas para a inflação”<sup>8</sup>.

O IPCA tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias, cujo rendimento varia entre 1 e 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90 % das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC. O gráfico a seguir compara o IPCA por áreas (regiões) de abrangência, referente ao ano de 2020.



Fonte: IBGE.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> O Decreto Federal nº 3.088, de 21 de junho de 1999, estabeleceu a sistemática de “metas de inflação” como diretriz para a fixação do regime de política monetária. A Resolução do Banco Central nº 2.744, de 28 de junho de 2000, estabeleceu que o IPCA é o índice de preços relacionado às metas de inflação.

<sup>9</sup> Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc\\_ipca\\_2020\\_dez.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2020_dez.pdf)



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

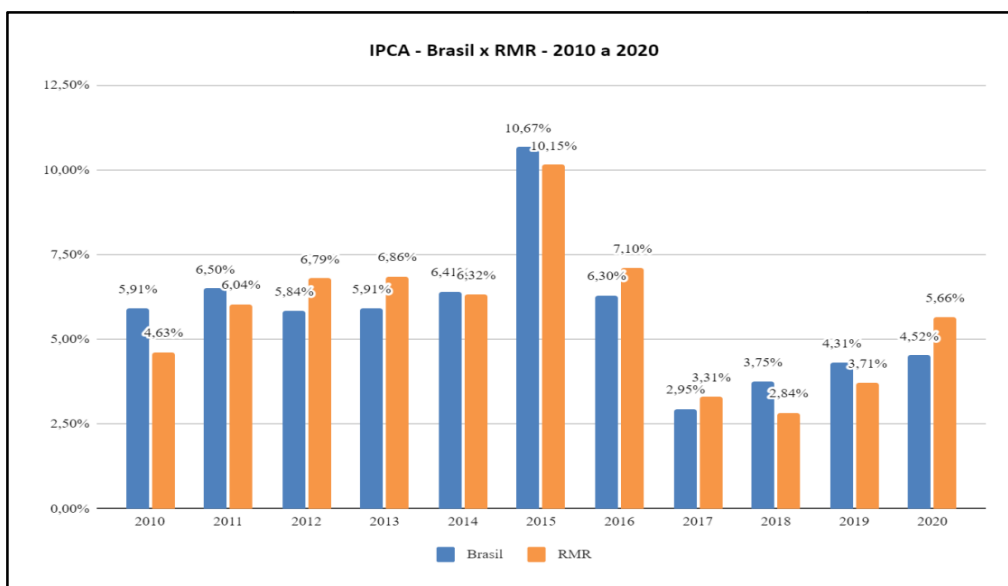
Verifica-se que as Regiões Metropolitanas de Campo Grande e de Rio Branco foram as que apresentaram o maior índice de inflação, em 2020, dentre as regiões pesquisadas.

A Região Metropolitana do Recife - RMR apresentou um IPCA de 5,66%, em 2020, superior ao índice de 3,71% apurado em 2019, bem como alcançou um dos maiores índices em 2020, dentre todas as pesquisadas.

A tabela e o gráfico a seguir comparam a inflação medida na Região Metropolitana do Recife – RMR e no Brasil pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 2010 a 2020.

IPCA		
Ano	Brasil	RMR
2010	5,91%	4,63%
2011	6,50%	6,04%
2012	5,84%	6,79%
2013	5,91%	6,86%
2014	6,41%	6,32%
2015	10,67%	10,15%
2016	6,30%	7,10%
2017	2,95%	3,31%
2018	3,75%	2,84%
2019	4,31%	3,71%
2020	4,52%	5,66%

Fonte: IBGE.



Fonte: IBGE.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

Observa-se que na série histórica retratada pelo gráfico o pico da inflação medida pelo IPCA ocorreu no ano de 2015, tanto para o Brasil, apresentando taxa de 10,67%, quanto para a RMR, apresentando taxa de 10,15%. Já em 2020 o IPCA na RMR de 5,66% representou uma tendência de aumento e ficou acima da inflação nacional, a qual chegou a 4,52%.

### 1.3.5 Mercado de trabalho

#### 1.3.5.1 Emprego

Com base nos dados do Novo Caged<sup>10</sup> (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o emprego celetista no Brasil apresentou expansão em 2020, registrando saldo positivo de 142.690 postos de trabalho. Nesse mesmo ano, a Região Nordeste foi responsável pelo ganho de 34.689 empregos formais, apesar de Pernambuco ter tido saldo negativo de 5.163 de empregos.

A tabela abaixo apresenta um comparativo dos saldos entre admissões e desligamentos nas regiões geográficas brasileiras.

SalDOS entre admissões e desligamentos ocorridos, em 2020, por Região Geográfica					
Nordeste	Sudeste	Norte	Sul	Centro-Oeste	Brasil
34.689	-88.785	62.265	85.500	51.048	142.690 <sup>11</sup>
24,31%	-62,22%	43,64%	59,92%	35,78%	100%

Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME.

[http://pdet.mte.gov.br/images/Novo\\_CAGED/Dez2020/1-sumarioexecutivo.pdf](http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Dez2020/1-sumarioexecutivo.pdf)

Pela análise da tabela acima, verifica-se que a Região Sudeste foi a única que apresentou saldo negativo na evolução do emprego formal, qual seja de -88.785. Já entre as regiões que apresentaram saldo positivo, a Região Nordeste foi a que menos contribuiu, uma vez que teve representação de 23,97% do saldo de admissões e desligamentos.

A tabela e o gráfico a seguir comparam a evolução do emprego formal, em termos percentuais, no Brasil, na Região Nordeste e no estado de Pernambuco entre 2010 e 2020.

Evolução do Emprego Formal - Variação Relativa (%)*			
Ano	Brasil	Nordeste	Pernambuco
2010	7,9	10,06	11,41
2011	5,65	6,26	8,07
2012	3,6	3,47	4,08

<sup>10</sup> Novo Caged é composto por informações captadas dos sistemas eSocial, Caged e Empregador Web.

<sup>11</sup> Houve um saldo negativo de 2.027 empregos que não teve localização identificada e, portanto, não entrou na contagem de nenhuma região. No entanto, contribuiu para o saldo nacional, representando -1,42% do mesmo.



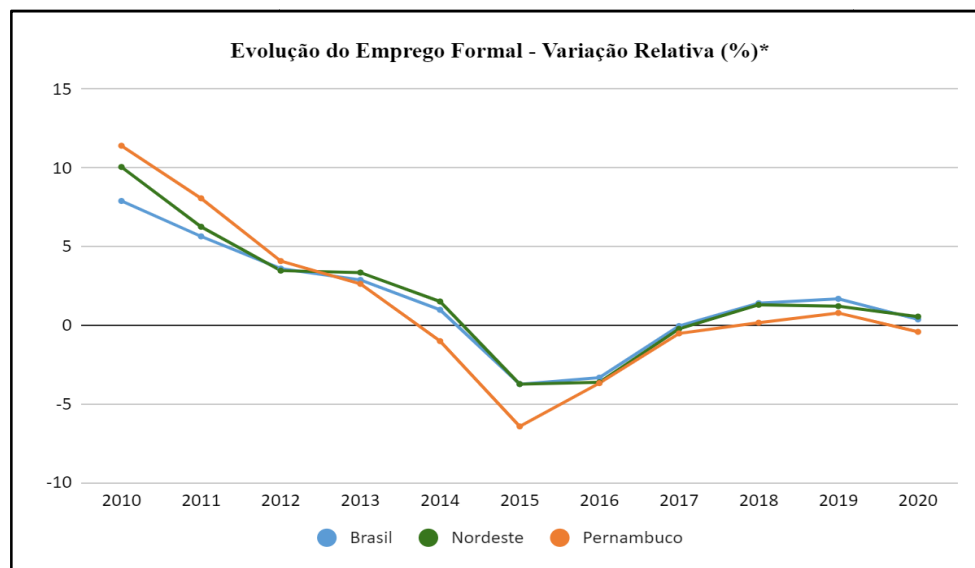
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

Evolução do Emprego Formal - Variação Relativa (%)*			
Ano	Brasil	Nordeste	Pernambuco
2013	2,88	3,35	2,63
2014	0,98	1,51	-1,01
2015	-3,74	-3,74	-6,43
2016	-3,33	-3,63	-3,68
2017	-0,05	-0,23	-0,52
2018	1,40	1,30	0,16
2019	1,68	1,21	0,78
2020	0,37	0,55	-0,42

**Fonte:** Novo Caged – SEPRT/ME.

[http://pdet.mte.gov.br/images/Novo\\_CAGED/Dez2020/1-sumarioexecutivo.pdf](http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Dez2020/1-sumarioexecutivo.pdf)

**Nota:** \*Com ajustes.



**Fonte:** Novo Caged – SEPRT/ME.

[http://pdet.mte.gov.br/images/Novo\\_CAGED/Dez2020/1-sumarioexecutivo.pdf](http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Dez2020/1-sumarioexecutivo.pdf)

Observa-se que no período entre 2010 e 2012, o saldo de crescimento do emprego formal em Pernambuco foi superior à taxa nacional. A partir do ano de 2013, a taxa de Pernambuco passou a ser inferior à do Brasil e à do Nordeste, chegando a uma taxa negativa de -6,43%, em 2015. Registra-se que, a partir do ano de 2010, as taxas de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil apresentaram declínio contínuo, chegando em 2015 com os menores valores da série histórica. Entretanto, em 2016 e 2017 houve uma recuperação de Pernambuco, ainda abaixo da taxa brasileira.

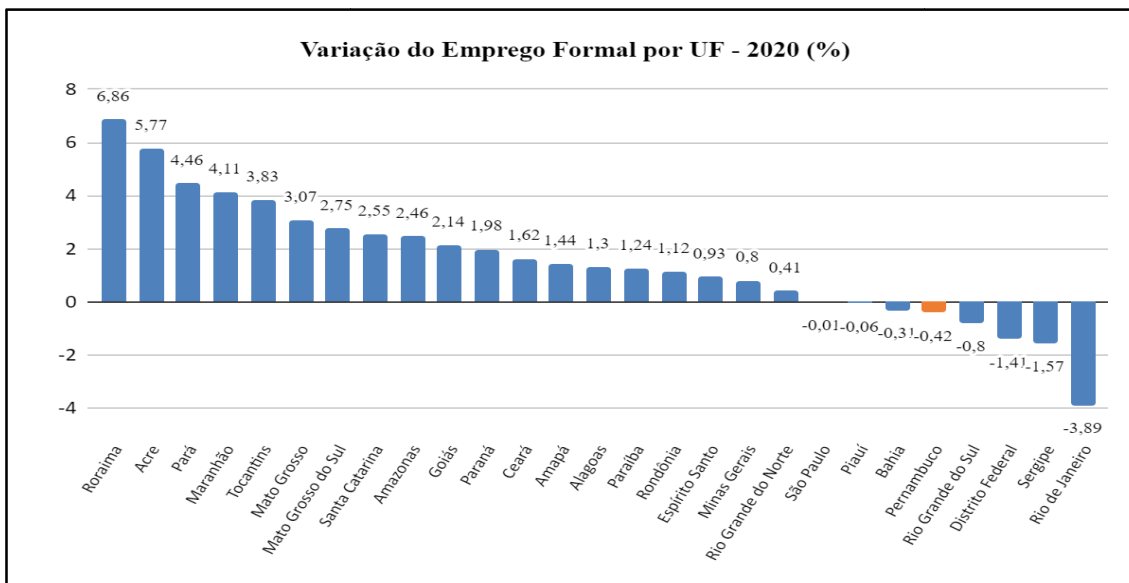
Nos anos de 2018 e 2019, embora tenha crescido, o desempenho ficou abaixo do apresentado pelo Nordeste e pela média nacional. Já em 2020, verifica-se que



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

todas as taxas diminuíram, tendo a de Pernambuco apresentado a maior queda e continuado abaixo da média regional e nacional.

O gráfico a seguir compara a variação do emprego formal entre as unidades da federação no ano de 2020.



Fonte: Novo Caged – SEPR/ME.

[http://pdet.mte.gov.br/images/Novo\\_CAGED/Dez2020/1-sumarioexecutivo.pdf](http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Dez2020/1-sumarioexecutivo.pdf)

Os dados do CAGED revelam que, em 2020, as admissões superaram os desligamentos na maioria dos estados. Pernambuco foi uma das exceções, apresentando variação negativa (-0,42%) e ocupando a 23ª posição no ranking nacional, de modo que piorou uma posição em relação ao ano de 2019, quando ocupou a 22ª posição.

### 1.3.5.2 Desemprego

Neste item serão tratadas as taxas de desocupação do Estado de Pernambuco e da Região Metropolitana do Recife, medidas pela PNAD Contínua do IBGE.

O desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. É calculado pela PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

#### 1.3.5.2.1 Taxa de desocupação

A análise da taxa de desocupação concentrar-se-á nos indicadores obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. No período de 2012 a 2020, foram obtidos dados, que permitem comparar as taxas de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, das Unidades Federativas – UF, conforme a tabela a seguir:



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

UF/Ano	Taxa de Desocupação (Unidades da Federação)								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Santa Catarina	3,4	3,1	2,9	4,1	6,3	7,1	6,4	6,1	6,1
Rio Grande do Sul	4,8	4,8	5,0	6,2	8,2	8,4	8,1	8,0	9,1
Paraná	5,0	4,3	4,0	5,9	8,2	9,0	8,8	8,5	9,4
Mato Grosso	5,5	4,4	4,0	6,1	9,4	9,0	7,9	8,0	9,7
Mato Grosso do Sul	6,1	4,7	4,1	6,1	7,7	8,5	7,6	8,0	10,0
Pará	7,4	7,3	7,2	8,8	11,2	11,8	11,1	10,8	10,4
Rondônia	6,4	5,1	4,2	5,6	7,9	8,2	9,1	8,0	10,4
Tocantins	7,7	7,5	7,5	8,6	11,5	11,7	10,6	10,8	11,6
Goiás	5,4	5,4	5,3	7,3	10,5	10,6	9,2	10,6	12,4
Minas Gerais	6,9	6,6	6,7	8,5	11,1	12,2	10,7	10,1	12,5
Espírito Santo	7,1	7,1	6,2	7,7	12,2	13,1	11,5	11,0	12,7
Piauí	6,9	7,5	6,5	7,6	9,4	12,9	12,8	12,8	12,8
Ceará	7,7	7,8	7,4	8,8	12,0	12,6	11,3	10,9	13,2
São Paulo	7,3	7,2	7,1	9,3	12,4	13,4	13,3	12,5	13,9
Paraíba	9,2	8,8	8,9	9,5	11,4	11,4	11,1	11,6	14,6
Distrito Federal	8,6	9,0	9,0	10,1	12,0	13,2	12,7	13,4	14,8
Amapá	13,2	11,5	10,3	11,0	15,5	17,7	20,2	17,4	14,9
Acre	8,4	9,0	7,7	8,5	10,9	14,1	13,5	14,5	15,1
Amazonas	9,5	9,1	7,7	9,5	13,6	15,7	13,9	14,0	15,8
Rio Grande do Norte	11,4	10,7	11,0	12,0	14,2	14,5	13,6	13,1	15,8
Maranhão	8,1	7,9	6,8	8,6	11,9	14,3	14,4	14,3	15,9
Roraima	7,6	8,0	6,3	8,5	8,8	9,9	12,3	14,9	16,4
<b>Pernambuco</b>	<b>9,1</b>	<b>9,0</b>	<b>8,2</b>	<b>9,9</b>	<b>14,6</b>	<b>17,7</b>	<b>16,7</b>	<b>15,5</b>	<b>16,8</b>
Rio de Janeiro	7,5	6,8	6,3	7,6	11,7	14,9	15,0	14,7	17,4
Sergipe	10,3	10,3	9,2	9,1	13,3	14,3	16,6	15,1	18,4
Alagoas	11,4	10,6	9,6	11,2	14,1	16,7	17,0	14,9	18,6
Bahia	11,1	11,2	10,3	12,3	15,9	17,0	17,0	17,2	19,8

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2020).

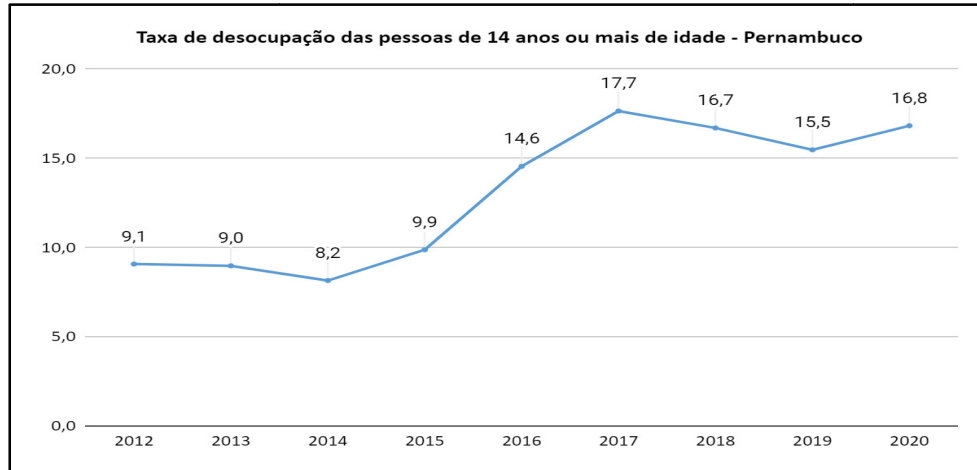
**Nota:** \*Média anual a partir das estimativas Trimestrais.

A análise de tais dados permite observar que, em 2020, Pernambuco apresentou o 5º (quinto) pior desempenho do país (16,8%), melhor apenas que Rio de Janeiro (17,4%), Sergipe (18,4%), Alagoas (18,6%) e Bahia (19,8).

Verificou-se ainda que a taxa de desocupação de Pernambuco apresentou trajetória de queda entre 2012 e 2014, mas em contrapartida apresentou crescimento significativo entre 2015 e 2017, com queda nos anos de 2018 e 2019. Já em 2020 a referida taxa voltou a subir, conforme demonstrado a seguir:

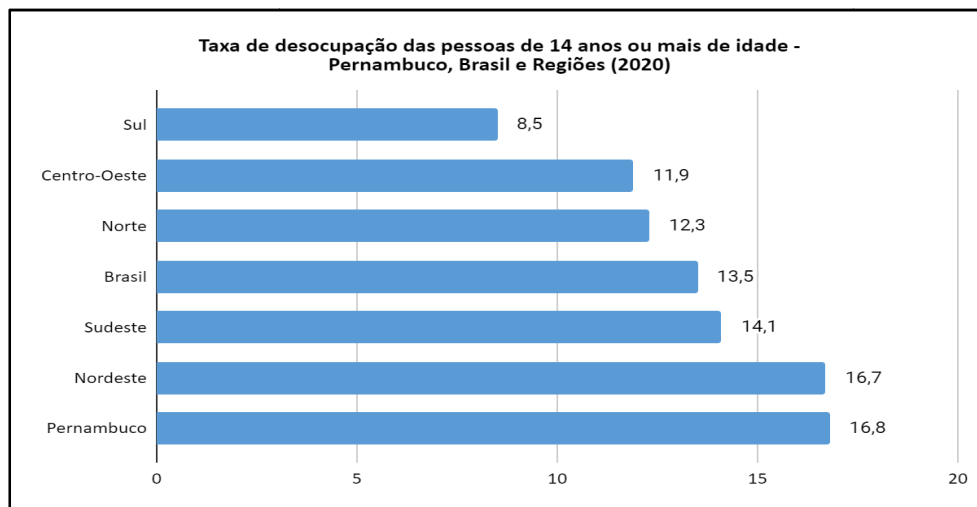


**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**



**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2020).

A partir dessa análise, constatou-se que a taxa de desocupação de Pernambuco foi superior às médias das taxas de desocupação do Brasil e de suas Regiões, no exercício de 2020, como se observa no gráfico a seguir:



**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral (2020).

### 1.3.5.3 Rendimento

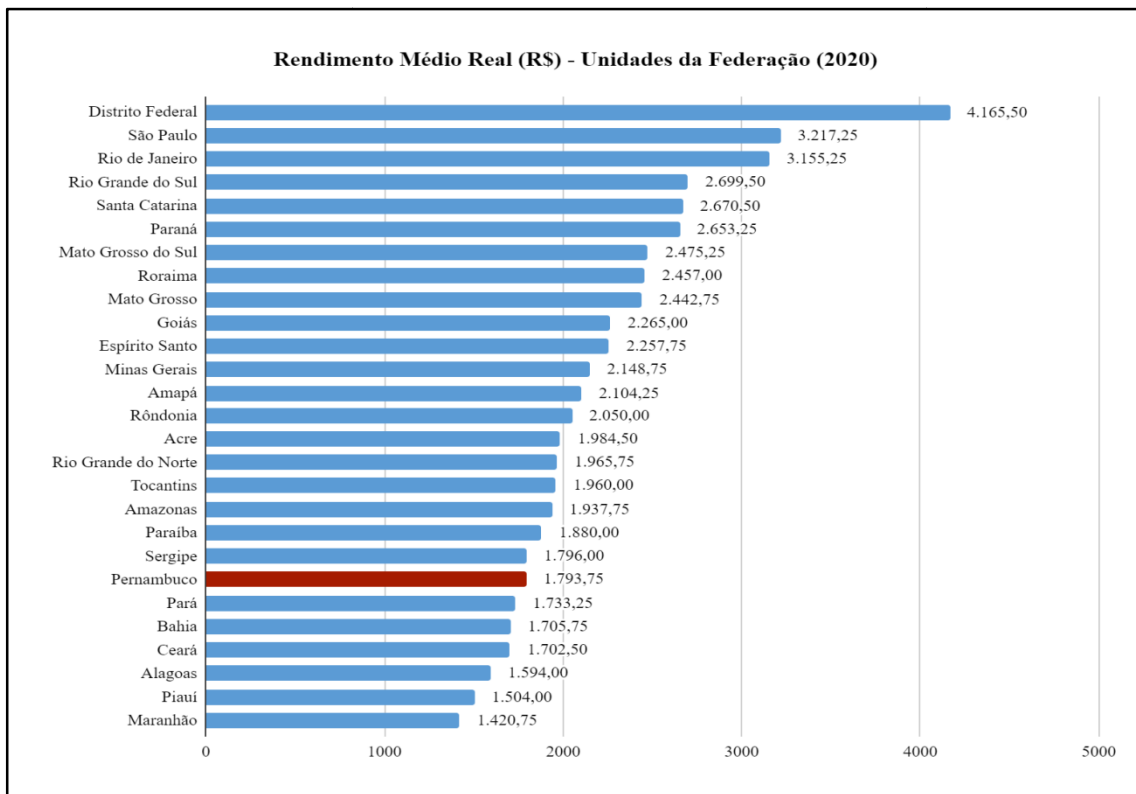
O Rendimento Médio Real Habitual das Pessoas Ocupadas em Todos os Trabalhos é o rendimento bruto real médio habitualmente recebido em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços do mês do meio do trimestre mais recente que está sendo divulgado.





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

Por meio dos Quadros Sintéticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2020, foi obtido este dado, por **unidade da federação**, para o ano 2020, conforme gráfico a seguir:



**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua– PNAD Contínua 2020.  
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=20653&t=downloads>

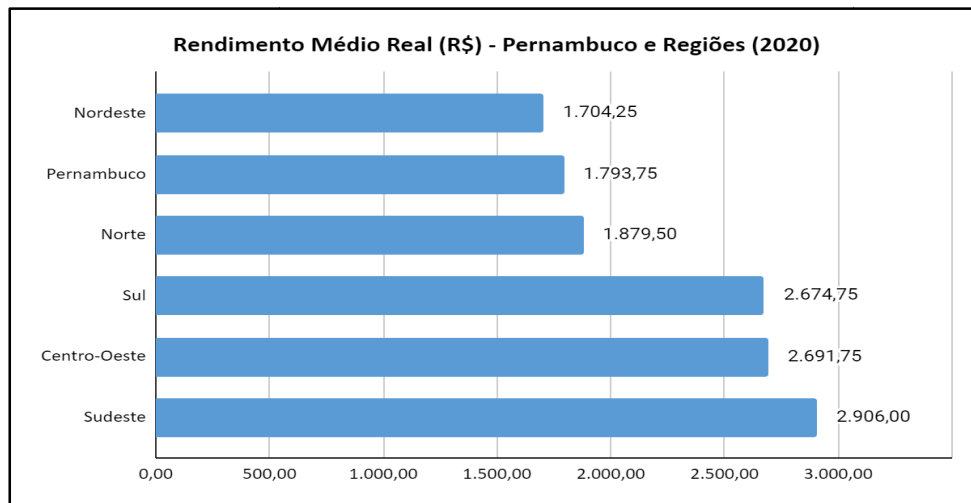
**Nota:** \*Média anual a partir das estimativas Trimestrais.

Observa-se que Pernambuco, no ranking nacional de 2020, ocupa a 21ª posição, ficando abaixo da média nacional (R\$ 2.212,59) e de diversas unidades da federação, inclusive em relação a alguns estados do Nordeste, quais sejam: Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, conforme ilustrado no gráfico anterior.

Constatou-se ainda que o Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de Pernambuco foi superior ao do Nordeste, mas inferior ao das outras regiões, no exercício de 2020, como se observa no gráfico a seguir:



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**



**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua– PNAD Contínua 2020.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=20653&t=downloads>

**Nota:** \*Média anual a partir das estimativas Trimestrais.

Destaca-se que não foi possível fazer a análise do Rendimento médio real, por Regiões Metropolitanas, relativo ao exercício de 2020, tendo em vista que apenas se encontrou os dados relativos ao 1º trimestre do ano em questão.

### 1.3.6 Saneamento

Nos relatórios de contas dos exercícios anteriores a 2017, foram apresentados dados medidos pelo IBGE quanto ao percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos pela rede geral de abastecimento de água, bem como pela rede coletora de esgoto e quanto ao percentual de domicílios das unidades da federação atendidos pelos referidos serviços.

Entretanto, essa medição foi interrompida pelo IBGE, encerrando-se com dados do exercício de 2015. Dessa forma, buscou-se novas fontes de informação para se obter uma visão do desempenho do Estado de Pernambuco com relação ao abastecimento de água e esgoto. As novas informações foram obtidas no site da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, bem como no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do extinto Ministério das Cidades, onde foram levantados dados pela lógica de agrupamento dinâmico de indicadores e informações agregadas por ano de referência.

Neste relatório foram analisados apenas os diagnósticos do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério de Desenvolvimento Regional, uma vez que correspondem aos dados mais atualizados, referentes ao exercício de 2019. Por este motivo, não constam dados da Companhia Pernambucana de Saneamento, uma vez que a última atualização disponível no site corresponde ao exercício de 2017.



### 1.3.6.1 Índice de atendimento

O sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) realiza o cálculo dos índices de atendimento total com os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário com base na população atendida, informada pelos prestadores de serviços, e a população total residente, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Ressalte-se que a população atendida, calculada pelos prestadores de serviços, pode não ser consistente com os dados oficiais da população total do município, fornecida pelo IBGE (estimada para os anos em que não são realizados Censo ou Contagem Populacional), que elevam o índice de atendimento. Isso pode decorrer de diferenças na metodologia de cálculo da população atendida adotada pelos prestadores, podendo gerar índices de atendimento superiores a 100%.

De acordo com o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2019, fornecido pelo SINIS, de forma a reduzir inconsistências nos índices apresentados, quando os prestadores de serviços informam os dados de população atendida superiores à população residente, o SNIS solicita que o cálculo seja revisto ou que se iguale a população atendida à residente, para que não resulte em índices de atendimento superiores a 100%.

A tabela abaixo apresenta a média dos índices de atendimento com água e esgotos e dos índices de tratamento dos esgotos, distribuídos segundo as macrorregiões geográficas e a média do Brasil no ano de 2019.

**Níveis de atendimento com água e esgotos dos municípios com prestadores de serviços participantes do SNIS em 2019, segundo macrorregião geográfica e Brasil**

Macrorregião	Índice de atendimento com rede (%)				Índice de tratamentos de esgotos (%)	
	Água		Coleta de esgotos		Esgotos gerados	Esgotos coletados
	Total	Urbano	Total	Urbano	Total	Urbano
Norte	57,5	70,4	12,3	15,8	22,0	82,8
Nordeste	73,9	88,2	28,3	36,7	33,7	82,7
Sudeste	91,1	95,9	79,5	83,7	55,5	73,4
Sul	90,5	98,7	46,3	53,1	47,0	94,6
Centro-Oeste	89,7	97,6	57,7	63,6	56,8	93,2
Brasil	83,7	92,9	54,1	61,9	49,1	78,5

Fonte: SNIS.

<http://www.snis.gov.br>



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

Observa-se que, no ano de 2019, a média do país do índice de atendimento total com rede de abastecimento de água foi de 83,7%. Quanto ao índice de atendimento urbano de água, percebe-se que o índice de atendimento foi de 92,9%.

O SNIS realizou análise por microrregião, por meio da qual verificou que, no Nordeste, houve decréscimo nos índices de atendimento total e urbano de água de 0,3 e 0,5 ponto percentual, respectivamente, em relação a 2018. Apontou o fato de o crescimento da população total e urbana residente ter sido superior ao crescimento da população atendida nas respectivas áreas como a principal causa para a redução nos índices de atendimento com água no Nordeste.

### **1.3.6.2 Distribuição dos níveis de atendimento urbano por rede de água**

A seguir são apresentados os índices de atendimento urbano por rede de água, distribuídos por faixas percentuais, de acordo com os estados brasileiros.

**Índice médio de atendimento urbano por rede de água dos municípios com prestadores de serviços participantes do SNIS em 2019, distribuído por faixas percentuais, segundo estado**

<b>UF/Ano</b>	<b>Índice de atendimento urbano de água</b>
Acre	60,1 a 80,0%
Alagoas	80,1 a 90,0%
Amapá	< 40,0%
Amazonas	> 90,0%
Bahia	> 90,0%
Ceará	60,1 a 80,0%
Distrito Federal	> 90,0%
Espírito Santo	> 90,0%
Goiás	> 90,0%
Maranhão	60,1 a 80,0%
Mato Grosso	> 90,0%
Mato Grosso do Sul	> 90,0%
Minas Gerais	> 90,0%
Pará	40,0 a 60,0%
Paraíba	> 90,0%
Paraná	> 90,0%
Pernambuco	> 90,0%
Piauí	> 90,0%
Rio de Janeiro	> 90,0%
Rio Grande do Norte	> 90,0%
Rio Grande do Sul	> 90,0%
Rondônia	60,1 a 80,0%



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

UF/Ano	Índice de atendimento urbano de água
Roraima	> 90,0%
Santa Catarina	> 90,0%
São Paulo	> 90,0%
Sergipe	> 90,0%
Tocantins	> 90,0%

Fonte: SNIS.

<http://www.snis.gov.br>

De acordo com a tabela acima, o índice médio de atendimento urbano por rede de água apresenta valores acima de 90% no Distrito Federal e em 19 estados, dentre os quais encontra-se o estado de Pernambuco. Na faixa de 80% a 90%, encontra-se apenas Alagoas; na faixa logo abaixo, entre 60% e 80%, verificam-se os estados Maranhão, Ceará, Acre e Rondônia; na penúltima faixa, de 40% a 60%, observa-se o estado do Pará. Já o Amapá apresentou índice de atendimento inferior a 40%.

### 1.3.6.3 Distribuição dos níveis de atendimento urbano por rede coletora de esgotos

Foi analisado o índice de atendimento urbano por rede coletora de esgotos, distribuídos por faixas percentuais, de acordo com os estados brasileiros, conforme apresentado na tabela a seguir:

**Índice médio de atendimento urbano por rede coletora de esgotos dos municípios com prestadores de serviços participantes do SNIS em 2019, distribuído por faixas percentuais, segundo estado**

UF/Ano	Índice de atendimento urbano por rede coletora de esgotos
Acre	10,0 a 20,0%
Alagoas	20,1 a 40,0%
Amapá	< 10,0%
Amazonas	10,0 a 20,0%
Bahia	40,1 a 70,0%
Ceará	20,1 a 40,0%
Distrito Federal	> 70,0%
Espírito Santo	40,1 a 70,0%
Goiás	40,1 a 70,0%
Maranhão	10,0 a 20,0%
Mato Grosso	40,1 a 70,0%
Mato Grosso do Sul	40,1 a 70,0%
Minas Gerais	> 70,0%
Pará	< 10,0%



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

UF/Ano	Índice de atendimento urbano por rede coletora de esgotos
Paraíba	40,1 a 70,0%
Paraná	> 70,0%
Pernambuco	20,1 a 40,0%
Piauí	20,1 a 40,0%
Rio de Janeiro	40,1 a 70,0%
Rio Grande do Norte	20,1 a 40,0%
Rio Grande do Sul	20,1 a 40,0%
Rondônia	< 10,0%
Roraima	> 70,0%
Santa Catarina	20,1 a 40,0%
São Paulo	> 70,0%
Sergipe	20,1 a 40,0%
Tocantins	20,1 a 40,0%

**Fonte:** SNIS.

<http://www.snis.gov.br>

Pela análise da tabela acima, observa-se que o índice médio de atendimento urbano com rede coletora de esgotos indica valores acima de 70% apenas no Distrito Federal e em quatro estados: São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Roraima, tendo sido acrescido este último em 2019, pois até 2018 estava na faixa inferior. Na faixa de 40% a 70%, encontram-se sete estados: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Goiás, Paraíba e Mato Grosso; na faixa logo abaixo, de 20% a 40%, verificam-se nove estados: Rio Grande do Sul, Tocantins, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Santa Catarina e Piauí. Na penúltima faixa, de 10% a 20%, encontram-se três estados: Maranhão, Acre e Amazonas. Por último, na menor faixa, inferior a 10%, há três estados: Amapá, Pará e Rondônia.

## **1.4 Cargas transportadas**

### **1.4.1 Cargas portuárias**

#### **1.4.1.1 Movimentação total nacional**

A movimentação de cargas portuárias no Brasil, em 2020, alcançou 1,151 bilhão de toneladas, um crescimento de 4,2% em relação a 2019 (1,104 bilhão de toneladas), segundo matéria publicada em 01 março de 2021, no site da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. Essa movimentação total é decomposta em quatro categorias: "granéis sólidos" (que responde por mais de 50% da tonelagem total), "granéis líquidos", "mercadorias em contêiner" e "cargas soltas". Essa elevação chama a atenção, tendo em vista que em 2020 foi declarada a situação de Pandemia pela



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

Organização Mundial da Saúde devido ao surgimento da Covid-19 e com isso o mundo foi afetado pelas suas consequências. Fernando Serra, gerente de Estatística e Avaliação de Desempenho da ANTAQ, quando perguntado sobre o crescimento da movimentação portuária mesmo em ano de pandemia, explicou que:

As commodities formam as mercadorias que mais afetaram a movimentação portuária brasileira. Minério de ferro, soja e milho, bem como os insumos para o plantio das safras. Essas cargas possuem grande peso no resultado do crescimento na movimentação. Elas não sofreram com a Covid-19, pois os contratos de exportação são feitos no longo prazo, fazendo com que os embarques dessas mercadorias sejam contínuos, mesmo com a situação da pandemia. Por outro lado, os graneis líquidos – petróleo e derivados – foram os que mais cresceram na movimentação total brasileira. Com 14,8% de crescimento, puxaram o valor de 4,2%, observado no crescimento geral da movimentação de cargas no Brasil. Houve aumento nas exportações de petróleo e na cabotagem do pré-sal. Todos esses movimentos não se sujeitaram aos problemas causados pela Covid-19.

Outra pergunta que o gerente respondeu foi qual número ele gostaria de destacar do Estatístico Aquaviário 2020 (plataforma disponível no site da ANTAQ):

Inicialmente, a grande capacidade dos portos brasileiros, sejam eles no regime de outorga de arrendamento ou concessão, cuja resposta às necessidades de escoamento das cargas para movimentos internos e de exportação e importação foi excepcional, mesmo em um ano de grande crise provocada pela pandemia da Covid-19. Falar de um número dentre tantos importantes é uma tarefa muito difícil, mas destacaria o grande crescimento dos portos localizados no chamado Arco Norte, cuja movimentação cada vez mais cresce, fazendo com que nossos fretes internos possam diminuir, e, conseqüentemente, tornar nossa competitividade no mercado internacional mais adequada ao volume da produção brasileira. Destaca-se também o crescimento importante observado nos terminais de graneis líquidos, principalmente naqueles que movimentam petróleo, a exemplo do excepcional crescimento do Terminal T-Oil, localizado no Porto do Açu, que alcançou em cinco anos a marca de 29,6 milhões de toneladas movimentadas em suas instalações. Grande resultado também obteve o Porto de Santos, com recorde em sua movimentação anual, que, apesar de ter queda no desembarque de contêineres da ordem de 10,9%, soube diversificar as mercadorias que lá são movimentadas, atingindo desempenhos elevados com a soja e açúcar, respectivamente, com aumento de 28,6% e 82,7%.

## **Participação de Pernambuco**

A movimentação total no país é significativamente quantificada em razão de dois produtos principais: o minério de ferro que, sozinho, representou 51,60% da movimentação de todos os graneis sólidos transportados no país em 2020<sup>12</sup>, e o petróleo, que compreendeu 64,07% de toda a tonelagem de graneis líquidos

---

<sup>12</sup> O minério de ferro (granel sólido mais representativo do país) é predominantemente produzido pela Companhia Vale (CVRD), na Serra de Carajás (PA). Elevações de demanda no mercado externo pelo produto alavancam a tonelagem do Terminal da Ponta da Madeira e do Porto de Itaqui, ambos no Maranhão. A manutenção da tonelagem do porto de Itaqui à frente do Porto de Suape depende da maior ou menor volume desta demanda externa.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

transportados no país<sup>13</sup>. Juntos, esses dois produtos representam 47,09% da tonelage total movimentada nacionalmente. Pernambuco não se afigura como produtor de minério de ferro nem contempla extração de petróleo em seu território/litoral, mas, em relação a este último, classificado como “granel líquido”, passou a alavancar sua movimentação a partir do funcionamento, em dezembro/2014, da Refinaria Abreu e Lima.

Pernambuco, que não contempla atividade de escoamento de minério de ferro e possui movimento de petróleo restrito à atividade de refinamento (não de extração), era detentor ao final de 2020 de duas das cerca de 180 unidades portuárias existentes no país, tendo figurado ao final do exercício, com 2,34% da carga total transportada no país (26,97 milhões de toneladas), o que representou a décima primeira maior movimentação portuária do país e a terceira do Nordeste (abaixo do Maranhão e da Bahia). Comparativamente ao ano anterior (2019), observou-se elevação de 1.668.022 toneladas na movimentação total no estado (foram 26,97 milhões de toneladas em 2020, frente a 25,31 milhões de toneladas em 2019).

As unidades portuárias localizadas no estado são o Porto de Suape e o Porto do Recife (ambas qualificadas como portos públicos). A movimentação em 2020 nessas unidades, e sua comparação ao ano de 2019, é abaixo resumida:

Porto / Terminal	Movimento de cargas (em ton.)		Variação
	2019	2020	
Porto de Suape	23.899.490	25.698.584	+7,53%
Porto do Recife	1.412.426	1.281.354	-9,28%
TOTAL	25.311.916	26.979.938	+ 6,59%

Fonte: <http://web.antaq.gov.br/ANUARIO/>

Desde meados da década de 1990, as operações do centro de Recife foram progressivamente transferidas ao Porto de Suape. Em 1995, o movimento do Porto do Recife detinha movimentação maior que a do Porto de Suape (3,17 milhões no Recife ante 1,77 milhões de toneladas embarcadas/desembarcadas em SUAPE). Sete anos depois (2002), Suape já figurava com 4,23 milhões ante 1,53 milhões de toneladas do Porto de Recife. Veja no quadro acima que o distanciamento no volume de operações entre os dois portos ainda permanece em 2020 com um aumento de movimentação em Suape e uma diminuição no Porto de Recife.

<sup>13</sup> O petróleo, por sua vez, é produzido em dez estados da federação, dentre os quais Pernambuco não faz parte, sendo 89% dessa produção concentrada nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (fonte: <https://exame.abril.com.br/economia/quem-sao-os-10-estados-produtores-de-petroleo-no-brasil/>). A representatividade do produto na tonelage total é suficiente a dar posição de destaque a esses dois estados na movimentação total do cenário nacional.

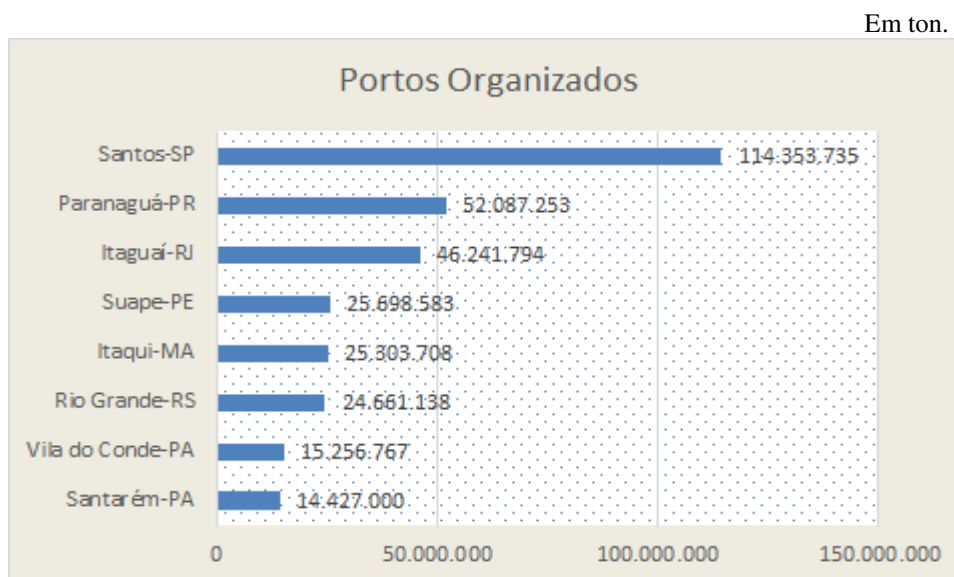




#### 1.4.1.2 Dados comparados

Ao final de 2020, o Porto de Recife permaneceu na 22ª posição (mesma posição de 2019) entre os **portos públicos** do país. Já Suape, que figurava na sexta posição dentre estes **portos públicos** no ano de 2019, passou a ocupar a quarta posição no ano de 2020.

Em 2020, a movimentação portuária dos principais portos públicos do país foi assim representada:



Fonte: <http://anuario.antaq.gov.br/>

Quando verificado o comportamento histórico dos portos acima, percebe-se que as unidades portuárias de Santos, Paranaguá e Itaguaí (Sepetiba) mantêm, há vários anos, posições consolidadas dos três maiores portos públicos do país. Por sua vez, o Porto de Suape tinha em 2013 movimentação inferior à dos portos de Vila do Conde (PA) e de São Francisco do Sul (SC), vindo a ultrapassá-los em movimentação total em 2014, e em seguida, após crescimentos anuais sequenciados, deflagrar uma aproximação aos números totais do porto de Rio Grande (RS) e do porto de Itaquí (MA) no ano de 2019 e ultrapassando-os em 2020, alcançando, pois, a quarta posição no ranking de movimentação portuária, quando considerados somente os portos públicos. Em 2013, estes dois portos detinham tonelagens próximas, cada qual, ao dobro da então verificada no Porto de Suape.

Deve-se ressaltar que o quadro acima expõe apenas a movimentação portuária de portos públicos (denominados pela ANTAQ como “portos organizados”). Quando consideradas também as movimentações ocorridas nos terminais de uso privativo (portos privados), que em sua maioria se dedicam à movimentação de um único produto ou grupo de produtos (apenas graneis líquidos ou apenas graneis sólidos, por exemplo), a posição do Porto de Suape passa a apresentar a 9ª maior movimentação portuária do país. Em termos práticos, contudo, é inaplicável comparar porto



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

multimodal, como o de Suape, com unidades portuárias que operam um único produto ou grupo de produtos<sup>14</sup>.

#### **1.4.1.3 Dados comparados em cargas containerizadas**

Cabe destaque particular ao segmento de mercadorias containerizadas, as quais observaram um salto de 25 milhões para 119 milhões de toneladas no período de 2000 a 2020, com elevação da participação no total de movimentação portuária do país de 5,4% para 10,4% no período.

Apesar de representar “fatia” de apenas 10,4% do total da tonelagem movimentada no país em 2020, este segmento é importante medidor de economia de estados e regiões, em razão de que as mercadorias aí transportadas poderiam, diferentemente dos principais graneis sólidos e líquidos, ser transportadas através das modalidades alternativas (aérea, rodoviária ou ferroviária).

Nesse segmento, Pernambuco ocupou, em 2020, a 7ª condição entre os estados da federação e manteve a 1º do Nordeste, com 4,66% da tonelagem de mercadorias containerizadas, conforme quadro abaixo:

#### **Cargas recebidas + remetidas em contêineres, em mil toneladas**

Estado	Ano				
	2016	2017	2018	2019	2020
São Paulo	38.709	41.814	43.439	43.723	43.634
Santa Catarina	18.154	19.349	20.208	21.969	23.998
Paraná	8.231	8.316	8.698	9.512	10.155
Rio Grande do Sul	8.509	8.849	9.034	8.125	7.931
Amazonas	5.202	5.350	5.932	6.871	7.239
Rio de Janeiro	5.932	6.372	7.691	7.143	7.101
Pernambuco	4.732	5.328	5.096	5.387	5.583
Ceará	2.908	3.304	4.172	5.225	5.250
Bahia	3.856	4.414	4.261	4.171	4.156
<b>Subtotal</b>	<b>96.237</b>	<b>103.096</b>	<b>108.531</b>	<b>112.128</b>	<b>115.053</b>
Outros estados	3.914	4.495	4.790	4.953	4.786
<b>Total</b>	<b>100.151</b>	<b>107.591</b>	<b>113.321</b>	<b>117.081</b>	<b>119.837</b>

Fonte: <http://anuario.antaq.gov.br/>

<sup>14</sup> O maior exemplo disso passa pelo Terminal da Ilha da Madeira (MA), de propriedade da Companhia do Vale do Rio Doce (Vale), porto de maior tonelagem movimentada no país. Suas operações envolvem exclusivamente o recebimento de minério de ferro extraído na Serra de Carajás e o embarque do mesmo produto para diversos países do mundo, com demanda principal da China. Os números finais desta unidade portuária dependem exclusivamente da demanda mundial (sobretudo do país acima) para este produto. Os portos multimodais, por sua vez, têm sua movimentação mais estável à medida que operam centenas de produtos, em diversas formas de acondicionamento.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

O quadro acima indica que esse tipo de carga também teve menor afetação de desempenho decorrente da pandemia em relação a outras modalidades de transportes. Fala-se assim porque, embora a pandemia tenha refreado a curva de tendência de elevação esperada para o exercício de 2020, ainda se pôde observar uma variação positiva de 2,35% (em toneladas) em relação ao ano de 2019 e 19,65% em relação ao ano de 2016.

Em dados individuais (por unidade portuária), doze portos abarcam 91,94% da movimentação de contêineres do país. O Porto de Suape fechou 2020 como nono maior porto do país em mercadorias containerizadas e quinto mais relevante quando considerado apenas os portos públicos, mantendo, entre mercadorias containerizadas, a posição de maior porto público do Nordeste, conforme quadro a seguir:

<b>Porto Público / Terminais de Uso Privado (TUP)</b>	<b>Público/Privado</b>	<b>Carga Total (em milhões toneladas)</b>
Santos (SP)	Público	34,97
Paranaguá (PR)	Público	10,15
Portonave (SC)	Privado	9,23
DP World Santos (SP)	Privado	8,66
Itapoá (SC)	Privado	8,02
Rio Grande (RS)	Público	7,62
Chibatão (AM)	Privado	6,20
Itajaí (SC)	Público	5,97
SUAPE (PE)	Público	5,58
Rio de Janeiro (RJ)	Público	4,80
Pecém (CE)	Privado	4,78
Salvador (BA)	Público	4,15
<b>Subtotal</b>		<b>110,18</b>
Outros		9,65
<b>TOTAL NACIONAL</b>		<b>119,83</b>

**Fonte:** <http://anuario.antaq.gov.br/>

É notória a tendência de expansão da participação de terminais de uso privado (TUPs) dentro da movimentação nacional de contêineres. Em 2010, a movimentação de contêineres por terminais privados representou 14,6% do total nacional. Em 2020, esse percentual já alcançou 32,07%. Todos os portos públicos sentiram perda de participação relativa dentro do cenário nacional. O porto de SUAPE, mesmo em elevação contínua em sua movimentação entre 2010 e 2020, perdeu posição no ranking nacional para três portos privados: Itapoá (SC), DP World (SP) e Chibatão (AM), os quais vêm obtendo migrações de movimentação portuária historicamente desempenhada por portos públicos em seus respectivos estados.

Quando verificado comparativo apenas entre portos públicos, Suape vem se consolidando no cenário nacional, porém perdeu uma posição em relação ao ano de



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

2019, sendo ultrapassado pelo porto de Itajaí (SC), passando de quarto para quinto na movimentação entre portos públicos e de oitavo para nono no ranking geral.

## 1.4.2 Cargas aeroportuárias

### 1.4.2.1 Movimentação nacional

Em 2020, os aeroportos brasileiros proporcionaram envio e recebimento de cargas, que ultrapassaram a ordem de 1,2 milhão de toneladas. Cerca de 90% dessas operações (1,076 milhão de toneladas) estão concentradas em quatorze unidades aeroportuárias do país<sup>15</sup>, dentre as quais o aeroporto de Recife é inserido.

#### Participação de Pernambuco

O Estado de Pernambuco dispunha, em 2020, de três aeroportos com movimentação de cargas em voos diários: Recife, Petrolina, Fernando de Noronha, bem como os de Caruaru e Serra Talhada, sendo estes dois últimos operados apenas por companhias de atuação local em voos eventuais (não diários), de pequeno porte. O total de cargas embarcadas e desembarcadas em 2020 nos três primeiros aeroportos da relação acima observou redução de 26,25% em comparação ao ano anterior, como abaixo reproduzido:

Aeroporto	Movimento de cargas (em ton.)		Variação
	2019	2020	
<b>Recife</b>	54.306.322	42.250.012	<b>-22,20%</b>
<b>Petrolina</b>	3.322.557	708.725	<b>-78,67%</b>
<b>Fernando de Noronha</b>	1.280.040	486.043	<b>-62,03%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>58.908.919</b>	<b>43.444.780</b>	<b>-26,25%</b>

**Fonte:** Anac – Dados estatísticos

O desempenho da movimentação de cargas via aeroportos no Estado se revelou 26,25% pior que o verificado no exercício anterior, e também com decréscimo relativo no total da amostra, o que é verificado quando é considerado que o percentual de redução nacional havido na amostra de 14 aeroportos foi de 20,3%. Contudo, em termos regionais, a perda estadual foi a menos significativa entre os estados do Nordeste. Esse quadro foi influenciado pelos efeitos da pandemia SARS COVID 19, que proporcionou concentração de movimentação de cargas nos aeroportos de Campinas e Guarulhos, nacionalmente, e no de Recife, regionalmente.

<sup>15</sup> Amostra de 14 aeroportos definida pelos treze de maior volume de cargas (GRU,VCP,MAO,GIG,REC,BSB,CGH,CNF,FOR,SSA,POA,CWB e BEL) mais o aeroporto de Santos Dumont (que apesar de não ser caracterizado como o 14º maior), é inserido na amostra porque compõe o rol dos grandes aeroportos sob o critério de número de passageiros.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

A tonelagem embarcada/desembarcada no estado, no ano de 2020 colocou o estado como o de quarta maior movimentação de cargas aeroportuárias do país, atrás apenas dos estados de São Paulo, Amazonas e do Rio de Janeiro, tendo o estado se mantido à frente das verificadas nos estados do Ceará e da Bahia e ultrapassado a movimentação do Distrito Federal em razão de retração maior deste em relação à verificada no conjunto de equipamentos do estado de Pernambuco.

Os dados da Anac, quando decompostos em emissão/embarque de cargas, permitem reconhecer que o aeroporto de Recife teve movimento de embarque e de recebimento de cargas praticamente equivalente (49,62% para envio 50,38% para recebimento, quando visto o total movimentado). Diferentemente, os perfis dos aeroportos de Petrolina e de Fernando de Noronha se afastam entre si, tendo o primeiro a característica mais presente de emissor de cargas, enquanto que no de Fernando de Noronha há prevalência de cargas recebidas.

#### **1.4.2.2 Dados comparados: aeroporto do Recife**

Em 2020, o aeroporto de Recife contabilizou, entre envio e recebimento de cargas, um total de 42,25 mil toneladas, o que representou 3,93% do total movimentado pelas 14 maiores unidades aeroportuárias do país. Comparativamente ao ano anterior, houve redução desse percentual, posto que em 2019 a fatia representada pelo aeroporto de Recife havia sido de 4,03% da movimentação total dos mesmos 14 aeroportos. Todavia, diante do movimento atípico proporcionado pela pandemia SARS COVID 19, de concentração de movimentação em poucos aeroportos do país, a movimentação final do aeroporto lhe valeu ascender da 7ª à 5ª posição no ranking nacional neste critério de cargas transportadas, tendo o equipamento pernambucano ultrapassado os de Brasília e o de Congonhas no decurso de tempo entre o início e o final de 2020 em função da menor retração vista aqui do que em relação a estes equipamentos.

Numa visão nacional, viu-se que a pandemia SARS COVID 19 promoveu alterações brutas na movimentação de cargas aeroportuárias do país, tendo sido verificada a menor retração no aeroporto de Campinas (SP) e a maior, no aeroporto do Galeão (RJ). Tanto que algumas posições consolidadas nas últimas duas décadas (Guarulhos, o aeroporto de maior movimentação de cargas do país, e Galeão, como o de quarta maior movimentação) passaram a ser ameaçadas, respectivamente, pelo aeroporto de Campinas e de Recife, fatos corroborados se verificada posição mais recente do banco de dados da ANAC<sup>16</sup>

### **1.5 Movimento de passageiros em aeroportos**

#### **1.5.1 Movimentação nacional**

---

<sup>16</sup> Em teste de evento subsequente (posição acumulada do 1º semestre/2021), é possível verificar uma significativa aproximação na movimentação de cargas entre Guarulhos (1º) e Campinas (2º), a manutenção de Manaus como a 3ª maior movimentação e Recife já como 4ª maior movimentação, tendo ultrapassado no semestre a do Galeão (já em 5º).



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

O volume de eventos de embarques e desembarques pagos em quatorze aeroportos definidos em amostra<sup>17</sup> de movimentação de passageiros em 2020 alcançou 75,82 milhões, o que representa um retração de 53,22% quando confrontados com o movimento de 162,08 milhões embarques/desembarques verificado em 2019. Estima-se que o quantitativo acima continuou representando cerca de 90% do quantitativo total de eventos de todas as unidades portuárias brasileiras no ano.

Semelhantemente ao verificado em cargas aeroportuárias, os efeitos da pandemia SARS COVID19 impuseram um reordenamento brusco na movimentação de passageiros no país. Isso pode ser verificado no quadro que será adiante demonstrado, no qual são indicadas as posições no ranking de movimentação de passageiros em três posições acumuladas dentro do ano de 2020: jan a fev/2020; jan a out/2020 e jan a dez/2020 (posição final).

### 1.5.2 Participação de Pernambuco

Os três aeroportos situados em Pernambuco que possuem histórico de frequência diária de voos (Recife, Petrolina e Fernando de Noronha) proporcionaram um total de 4.982.836 embarques/desembarques no ano de 2020, número esse 46,63% inferior ao verificado em 2019. Tais quantitativos, comparativamente ao ano anterior, são abaixo demonstrados:

Aeroporto	Embarques / desembarques		Variação
	2019	2020	
<b>Recife</b>	8.639.082	4.688.321	<b>-45,73 %</b>
<b>Petrolina</b>	395.458	185.275	<b>-53,15 %</b>
<b>Fernando de Noronha</b>	301.030	109.240	<b>-63,71 %</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.335.570</b>	<b>4.982.836</b>	<b>-46,63 %</b>

Fonte: Anac - Dados Estatísticos

O movimento de passageiros no estado o posicionou em 2020 na quinta maior movimentação de passageiros do país e a maior do Norte-Nordeste, atrás apenas de SP, RJ, DF e MG. No ano, a movimentação de 4,982 milhões de embarques/desembarques do estado de Pernambuco (considerados seus três aeroportos que recebem voos diários) superou, com pequena margem, à do estado da Bahia (que contou 4,968 milhões embarques/desembarques em seus quatro aeroportos que recebem voos diários (Salvador, Porto Seguro, Ilhéus e Vitória da Conquista).

<sup>17</sup> Amostra de 14 aeroportos definida pelos treze de maior volume de embarques/desembarques (GRU,BSB,CGH,VCP,SDU,REC,GIG,CNF,SSA,POA,FOR,CWB e BEL) mais o aeroporto de Manaus (que apesar de não ser caracterizado como o 14º maior), é inserido na amostra porque compõe o rol dos grandes aeroportos sob o critério de cargas transportadas.

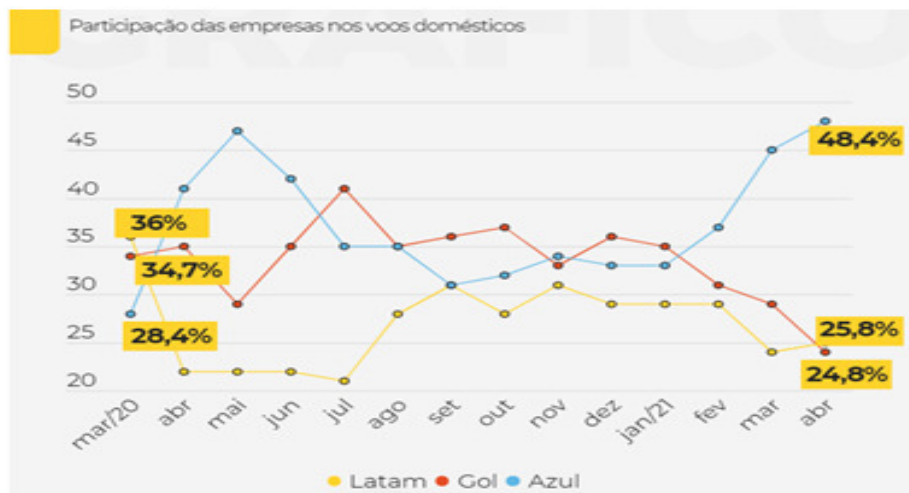


### 1.5.3 Dados comparados do aeroporto do Recife

O aeroporto de Recife contou um volume de 4,69 milhões de embarques/desembarques em 2020, o que representou uma retração de 45,73% no quantitativo de embarques e desembarques comparativamente ao ano de 2019. Esse percentual de recuo se posicionou, no ano de acometimento da pandemia SARS COVID19, como o segundo menos agressivo na amostra de 14 aeroportos da amostra aqui tomada (vista a retração média dos aeroportos da amostra de 53,22%). Tem-se aí que o aeroporto que sofreu o menor impacto com a pandemia SARS COVID 19 foi o de Campinas, cujo recuo foi de apenas 36,9% na movimentação final de passageiros.

Apesar do recuo no quantitativo final de embarques/desembarques frente ao ano de 2019, a participação deste quantitativo do aeroporto do Recife subiu de 5,33% (em 2019) para 6,18% (em 2020), proporcionando o 6º maior contingente de passageiros dentre as unidades aeroportuárias do país (em 2019, o equipamento havia terminado com a 8ª maior participação), tendo ultrapassado, ao final do ano, as participações percentuais dos aeroportos de Confins e do Galeão.

O crescimento da participação nacional do aeroporto do Recife no que tange a passageiros transportados em muito se deve à menor retração de operações da companhia aérea que mantém um concentrador (hub de operações) no aeroporto do Recife<sup>18</sup>, em relação às concorrentes, conforme quadro a seguir:



Fonte: <https://6minutos.uol.com.br/negocios/efeito-pandemia-azul-ultrapassa-latam-e-gol-e-se-torna-aerea-que-mais-transporta-brasileiros/#:~:text=H%C3%A1%20muitos%20anos%20Latam%20e,de%20mercado%20nos%20voos%20dom%C3%A9sticos>.

Como resultado, o aeroporto do Recife culminou apresentando o 2º melhor desempenho relativo de retomada gradual das operações da malha aérea, quando

<sup>18</sup> Em 2015, antes da instalação do hub de operações da empresa Azul, o estado detinha a 11ª posição em quantitativo de passageiros transportados (3,69% da amostra), tendo avançado esse percentual e a posição no ranking ano a ano até 2019 e, recentemente, avançado até a 6ª posição no ranking já ano de 2020 sob análise e aos 6,18% da amostra.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

comparados os cenários inicial e final entre 28/02/2020 (momento anterior à pandemia) e 31/12/2020 (término de exercício). O reordenamento de malha aérea, visível a partir do mês de julho/2020 a partir da retomada de operações, possibilitou os melhores índices de recuperação, pela ordem, aos aeroportos de Campinas e do Recife, bem como impôs as maiores perdas relativas para o aeroporto do Galeão e de Congonhas (estes, diante de transferência de operações em grande parte para aeroportos instalados na mesma cidade/região metropolitana).

O quadro a seguir demonstra a dinâmica do ranking nacional de movimentação de passageiros, a partir dos quantitativos acumulados no ano, em três momentos ao longo do ano de 2020: ao final de fevereiro/2020 (antes de qualquer impacto da pandemia), ao final de outubro/2020 (quando já eram decorridos quatro meses da retomada gradual de operações) e ao término do exercício.

Aeroporto	Acumulado 2020					
	jan a fev/20	Ranking	jan a out/20	Ranking	jan a dez/20	Ranking
Guarulhos	7,68	1	15,71	1	19,83	1
Congonhas	3,53	2	5,44	3	6,82	3
Brasília	2,87	3	5,93	2	7,75	2
Galeão	2,29	4	3,88	5	4,5	8
Confins	1,86	5	3,57	7	4,64	7
Santos Dumont	1,84	6	3,71	6	4,89	5
Campinas	1,71	7	4,94	4	6,44	4
Recife	1,61	8	3,54	8	4,69	6
Salvador	1,48	9	2,77	9	3,65	9
Porto Alegre	1,36	10	2,62	10	3,38	10
Fortaleza	1,24	11	2,41	11	3,07	11
Curitiba	1,04	12	1,95	12	2,46	12
Belém	0,83	13	1,5	13	2,01	13
Manaus*	0,72	14	1,3	14	1,69	14
<b>TOTAL AMOSTRA</b>	<b>30,06</b>		<b>59,27</b>		<b>75,82</b>	

**Fonte:** Anac.

**Nota:** \* O Aeroporto de Manaus é colocado como o 14º, mas apenas em relação à amostra trazida. Entre Belém (atual 13º no ranking nacional) e Manaus, figuram, de modo alternado, os aeroportos de Florianópolis, Natal e Goiânia, quando o critério é o de movimentação total de passageiros.

## 1.6 Considerações finais

Com base nos indicadores abordados no presente relatório, segue síntese do cenário socioeconômico do estado de Pernambuco no ano de 2020.





**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

A economia pernambucana apresentou um decréscimo de 1,4% do seu PIB em 2020, uma retração menor do que a registrada no País, uma vez que o PIB brasileiro foi de -4,1%. Segundo estimativas da Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB pernambucano em 2020, em valores correntes, totalizou R\$ 204,5 bilhões.

A balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária. O déficit, em 2020, foi da ordem de US\$ 1,8 bilhões, inferior ao observado em 2019, que foi da ordem de US\$ 3,6 bilhões.

Em relação à inflação, o IPCA na RMR do ano de 2020 (5,66%) foi superior ao de 2019 (3,71%), ficando, inclusive, acima da inflação nacional, a qual chegou a 4,52%.

Observa-se que no período entre 2010 e 2012 a taxa de crescimento do emprego formal em Pernambuco foi superior à taxa nacional. A partir de 2013 a taxa de Pernambuco passou a ser inferior à do Brasil e a do Nordeste, chegando em 2015 a uma taxa negativa de -6,43%. Registra-se que, a partir de 2010 as taxas de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil apresentaram declínio contínuo, chegando em 2015 com os menores valores da série histórica. Entretanto, entre 2016 e 2019 houve uma recuperação de Pernambuco, ainda abaixo da taxa brasileira. Já em 2020, verifica-se que todas as taxas diminuíram, tendo a de Pernambuco apresentado a maior queda e continuado abaixo da média regional e nacional. Quando comparado com as demais unidades da federação, Pernambuco apresentou variação negativa (-0,42%), ocupando a 23ª posição no ranking nacional em 2020.

No tocante ao desemprego, a taxa de desocupação das pessoas de 14 ou mais anos de idade no estado de Pernambuco medida pelo IBGE por meio da PNAD Contínua, foi de 16,8% em 2020. Quando comparado com as demais unidades da federação, observa-se que Pernambuco ocupou a quinta pior posição no ranking nacional, ficando acima da média nacional que foi de 13,5%.

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, por unidade da federação, medido pelo IBGE por meio da PNAD Contínua para o estado de Pernambuco em 2020 foi de R\$ 1.793,75. Verifica-se que Pernambuco ocupou a 21ª posição no ranking nacional, ficando abaixo da média nacional que foi de R\$2.212,59.

O dado de rendimento real reflete, com pouca variação, o do PIB *per capita*. Pernambuco figurou na 17ª posição no ranking nacional, que é composto predominantemente por dois blocos: o dos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (dez estados, além do DF) e o dos estados das regiões Norte e Nordeste (que ocupam as 16 últimas posições do ranking). A situação de Pernambuco em 2018, aferição mais recente, foi de liderança na região Nordeste, restando à frente também dos estados do Pará e do Acre (Região Norte).

No tocante ao saneamento, observa-se que o nível de atendimento total de água a nível nacional foi de 83,7%, enquanto que o índice de atendimento urbano de água foi de 92,9%. Quanto ao índice médio de atendimento urbano por rede de água,



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE AUDITORIA DOS PODERES E DA PREVIDÊNCIA**

Pernambuco apresentou valores acima de 90%. Já em relação ao índice de atendimento urbano de esgoto, observou-se que se encontrou na faixa de 20 a 40% de atendimento, em conjunto os estados de Rio Grande do Sul, Tocantins, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Santa Catarina.

Com relação à movimentação de cargas portuárias, o estado, detentor dos portos de Suape e do Recife, deteve em 2020 a 11ª posição nacional de movimentação de cargas totais, sendo o terceiro do Nordeste, atrás do Maranhão (em virtude predominantemente do escoamento de minério de ferro produzido em Carajás neste estado) e da Bahia. Quando vista a movimentação realizada exclusivamente em contêineres, Pernambuco se posicionou na 7ª colocação no país ao final de 2020, tendo se situado atrás dos estados de SP, SC, PR, RS, RJ e AM, e tendo permanecido à frente de todos os demais estados na Região Nordeste. A movimentação do estado em 2020 foi superior à verificada no ano anterior em 6,59 % em carga total e 3,63% quando considerada apenas a movimentação em contêineres.

Por fim, no que tange a cargas aeroportuárias, o estado ostentou a quarta posição entre os estados da federação, se posicionando atrás apenas dos estados de São Paulo, Amazonas e Rio de Janeiro. A parte predominante da movimentação no estado (97,2%) ocorreu no aeroporto do Recife, sendo o restante distribuído entre os equipamentos de Petrolina e Fernando de Noronha. Em decorrência do impacto havido com a pandemia SARS-COVID-19, a movimentação do estado em 2020 foi inferior à verificada no ano anterior em 26,25% (perda superior ao recuo de 20,3% no grupo de 14 aeroportos mais representativos do país). Todavia, a perda havida no estado culminou sendo a menos agressiva no cotejo entre os estados do Nordeste.

Já no que concerne ao transporte de passageiros pelo meio aeroviário, o estado deteve a quinta maior movimentação do país, atrás apenas dos estados de SP, RJ, MG e do DF. A movimentação do estado em 2020 foi inferior à verificada no ano anterior em 46,63%, alimentada pelo decréscimo no aeroporto do Recife (maior equipamento do estado), que foi de 45,73%. O decréscimo do estado, causado pelos efeitos da pandemia SARS COVID19, sobretudo entre os meses de março/2020 e agosto/2020, foi igualmente, o menos agressivo na Região Nordeste.